

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

(Da Sra. ADRIANA VENTURA)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a disponibilização de informações acerca das faltas ao trabalho dos profissionais da educação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-B É assegurado o direito de acesso a informações sobre a gestão da educação básica e superior ofertada em instituições públicas.

Parágrafo único. O poder público, na sua esfera de competência, deverá disponibilizar, nos sítios na internet e com dados anonimizados, informações administrativas acerca das faltas ao trabalho dos profissionais da educação, com indicação de data e motivação das ocorrências e desagregação por estabelecimento de ensino.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, assegurado aos entes federados o prazo de 180 (cento e oitenta dias), após essa data, para cumprimento do disposto nesta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

O absenteísmo docente gera custos diretos e indiretos que produzem impactos negativos no aprendizado dos alunos e desafios cotidianos na gestão da educação pública. Porém, na literatura brasileira, há carência de



análises sobre as causas do absenteísmo docente, em especial porque há escassez de dados confiáveis e em larga escala sobre as faltas ao trabalho dos professores, assim como dos demais profissionais da educação.

Um estudo publicado em 2021, por Priscila Tavares e Lucas Honda, utilizou informações administrativas da rede de ensino do Estado de São Paulo, Censo Escolar e Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) para analisar a extensão do absenteísmo docente na rede estadual paulista. Com base nas estatísticas a que tiveram acesso, os autores concluíram que, na instituição mediana, 71% dos professores ausentaram-se pelo menos uma vez ao trabalho e 26 dias letivos foram perdidos no ano letivo de 2007. Segundo o estudo, as regras informais e o ambiente institucional exercem grande influência sobre as faltas. Os autores afirmam:

*Os resultados mostram que as faltas estão associadas a problemas de saúde, ao custo de oportunidade e as chances de ser punido. Unidades escolares com alunado mais pobre e más condições de trabalho sofrem mais com as ausências. Há evidências de que o ambiente institucional afete a decisão de faltar. Efeitos heterogêneos mostram que políticas para reduzir o absenteísmo devem levar em conta o perfil da escola e do professor<sup>1</sup>.*

As informações desagregadas por escola permitem explorar se há fatores mais associados ao absenteísmo, a exemplo das características de infraestrutura e recursos pedagógicos das escolas. Conforme o estudo, “escolas que oferecem boas instalações e condições de conservação e limpeza, bem como acesso a espaços/recursos pedagógicos, apresentam número médio de faltas mais baixo”.

Resta evidente que o desenho de políticas públicas eficazes para minimizar esse problema passa, necessariamente, por compreendê-lo melhor. Identificar e sistematizar causas e fatores associados a altos níveis de

<sup>1</sup> [Absenteísmo docente em escolas públicas paulistas: dimensão e fatores associados.](#)



absenteísmo oferecem ao gestor a possibilidade de planejar ações específicas, desenhar estratégias para melhorar o clima organizacional e estimular os membros da comunidade escolar a participarem da solução.

Vale ressaltar que a Câmara aprovou, em agosto de 2023, um Projeto de Lei que trata da transparência de informações relativas ao sistema de ensino (PL 2725/2022), o qual encontrava-se em tramitação no Senado Federal quando da apresentação deste Projeto de Lei. O texto aprovado pela Câmara, entretanto, não tratava de dados relativos ao absenteísmo nas redes de ensino.

Importante destacar, ainda, que o texto proposto determina que as informações sejam disponibilizadas de forma anonimizada, uma vez que o objetivo do Projeto não é constranger profissionais de educação, mas obter informações que possam ser úteis no desenho de políticas eficazes para enfrentar o problema do absenteísmo nas redes públicas de ensino.

Nesse sentido, a proposta que ora apresentamos promove transparência na gestão da educação pública, cria um ambiente de prestação de contas, que exige responsabilidade das autoridades e incentiva o controle social, além de subsidiar a adoção de medidas proativas para evitar altos níveis de absenteísmo.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputada ADRIANA VENTURA

